

**ATA DA 388ª SESSÃO**  
**DA SEGUNDA CÂMARA DA JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS**  
**- JURAT**

<b>Data:</b> 07 de outubro de 2025.	<b>Local:</b> Plenário da JURAT.	<b>Horário:</b> 14h.
<b>Reunião nº 35/2025</b>		
<b>Presentes:</b> Cristiane Stolle, Denise da Silveira Peres de Aquino Costa, Jéssica Eiselt, Rosilaine Bokorni e Dra. Francieli Cristini Schulz.		
Presidiu os trabalhos o Presidente das Câmaras de Julgamento em exercício, o Sr. Maico Bettoni, e Secretariou a Sra. Cláudia Miranda Daufenbach.		
<b>Pauta:</b> 1 - Aprovação de Ata, 2 - Julgamento de Processos e 3- Aprovação de ementas/Acórdãos.		
<b>Deliberações:</b> 1 - Aprovação da Ata da Sessão Anterior: Ata 32/2025. 2 - Julgamento de Processos: Processo SEI nº 24.0.230704-2, em que é reclamante Amilton José Alfredo de Moura, sendo relator(a) Denise da Silveira Peres de Aquino Costa. Assunto: Isenção de IPTU de 2025. Julgamento retomado da sessão do dia 08/07/2025, após a solicitação de vistas do processo. A relatora fez a leitura do seu voto, para conhecer da reclamação e, no mérito, negar-lhe provimento mantendo o indeferimento da autoridade, devido ao reclamante não preencher todos os requisitos para fruição do benefício de isenção de IPTU, mantendo assim o parecer da autoridade. Passada a palavra à Dra Francieli Cristini Schulz, que manifestou-se pelo conhecimento e desprovimento da reclamação. O contribuinte Sr Amilton José Alfredo de Moura compareceu à sessão e fez a sustentação oral. As julgadoras acompanharam o voto da relatora. <b>Decisão:</b> Acordaram os membros da 2ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade de votos, conhecer da reclamação e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da relatora. Processo SEI nº 25.0.048364-3, em que é reclamante Skorpion Administradora de Bens Ltda, sendo relator(a) Cristiane Stolle. Assunto: Revisão de IPTU de 2023. A relatora fez a leitura do relatório. Passada a palavra à Dra Francieli Cristini Schulz, que manifestou-se pelo conhecimento e desprovimento da reclamação, pois a atualização cadastral não aconteceu nos 30 dias e, o projeto do imóvel era de agência bancária, fato que na ausência de apresentação de novo projeto, o cadastro permaneceu conforme a última utilização. Após a fase de discussão, a relatora fez a leitura do seu voto pelo conhecimento parcial da reclamação e, no mérito, pela manutenção da alíquota de instituição financeira, corroborando o entendimento fiscal. Os representantes da contribuinte, Dr Sérgio Schulze e Dra Bárbara Karina Gesing, compareceram à sessão. O Dr Sérgio afirmou que a reclamante Skorpion Administradora de Bens não tem relação com instituição financeira, nem mesmo a empresa que estava utilizando no momento, não devendo incidir tal alíquota. O imóvel está de acordo com o último projeto quando o Banco do Brasil o utilizava, sendo concedido alvará autorizando o uso. Argumentou que nos anos posteriores, não foi apresentado nenhum documento e a Prefeitura reconheceu de ofício a mudança da alíquota. Após a manifestação do contribuinte, a representante da fazenda, Dra Francieli Cristini Schulz assim se manifestou: considerando que, consoante doc. SEI nº 0024552941, aos 30/06/2022 houve requerimento de alvará de		



**ATA DA 388ª SESSÃO**  
**DA SEGUNDA CÂMARA DA JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS**  
**- JURAT**

licença e localização para a empresa ERBEN PARTICIPACOES LTDA; considerando que tal alvará foi expedido pelo Município em 24/02/2023 (SEI nº 0024552942); considerando que o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, datado de 15/06/2022 aponta, como endereço da empresa ERBEN PARTICIPACOES LTDA, Rua Engenheiro Niemeyer, 87, sala 01, 3º andar (SEI nº 0024552945); considerando que, conforme Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (SEI nº 0024552945), a empresa ERBEN PARTICIPACOES LTDA não exerce atividade bancária; e considerando, portanto, que há indícios de que a empresa ERBEN PARTICIPACOES LTDA pode ter efetivamente operado no endereço referenciado, manifesto-me no sentido de que, caso comprovado o efetivo exercício de atividade empresarial no endereço Rua Engenheiro Niemeyer, 87, sala 01, 3º andar, prova que deve ser produzida pelo reclamante, a reclamação poderá ser conhecida e provida. A avaliação final do requerimento, contudo, a nosso sentir, depende da produção da prova do efetivo exercício da atividade empresarial vinculada ao alvará expedido pelo Município (SEI nº 0024552942), no endereço/imóvel objeto do PTAC. A julgadora Jéssica Eiselt pediu vistas do processo. Sendo assim, foi concedido prazo para o contribuinte comprovar o uso do imóvel, devendo o processo retornar à pauta do dia 18/11/2025. **Processo SEI nº 22.0.091026-0, em que é reclamante Duglaciél de Jesus Becker, sendo relator(a) Rosilaine Bokorni. Assunto: Revisão de IPTU de 2022.** A relatora fez a leitura do relatório. Passada a palavra à Dra Francieli Cristini Schulz, que manifestou-se pelo conhecimento e desprovimento da reclamação. Após a fase de discussão, a relatora fez a leitura do seu voto no sentido de conhecer da reclamação e no mérito negar-lhe provimento, mantendo o lançamento complementar do IPTU/2022. O contribuinte, Sr. Duglaciél de Jesus Becker, compareceu à sessão e fez a sustentação oral. As julgadoras acompanharam o voto da relatora. **Decisão:** Acordaram os membros da 2ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade de votos, conhecer da reclamação e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da relatora. **Processo SEI nº 25.0.121790-4, em que é reclamante Walmor Biff, sendo relator(a) Jéssica Eiselt. Assunto: Revisão de IPTU/2025.** A relatora fez a leitura do relatório. Passada a palavra à Dra Francieli Cristini Schulz, que manifestou-se no sentido de retornar os autos à autoridade para que sejam sanadas as petições do contribuinte. Após a fase de discussão, a relatora fez a leitura do seu voto no sentido de determinar o retorno dos autos à origem, a fim de que sejam devidamente analisados e respondidos os questionamentos apresentados pelo sujeito passivo. Destacou que o contribuinte quer identificar a metragem passível de edificação bem como sua localização dentro do terreno. Recomendou que seja verificado o Processo SEI nº 25.0.034299-3. O representante do contribuinte, Dr Kauê Henrique Klein, compareceu à sessão e fez a sustentação, fez questionamentos referente ao imóvel e enfatizou algumas, principalmente qual o percentual do imóvel que é abrangido pela cota 40, o que mudaria a alíquota incidente e, se há área no imóvel que possa ser edificada. Após a fala do


**ATA DA 388ª SESSÃO**  
**DA SEGUNDA CÂMARA DA JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS**  
**- JURAT**


representante do contribuinte, a Dra Francieli Cristini Schulz manteve seu parecer. A julgadora Rosilaine Bokorni acompanhou a relatora. A julgadora Cristiane Stolle conhece parcialmente, defendendo que no pedido inicial o contribuinte não fez tais questionamentos, foi um pedido bem ínfimo, inovando no pedido contencioso. A julgadora Denise da Silveira Peres de Aquino Costa seguiu o voto da relatora.

**Decisão:** Acordaram os membros da 2ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por maioria de votos (3x1) pelo conhecimento da reclamação e, no mérito, dar parcial provimento para retornar o processo à unidade, respondendo ao contribuinte todos os questionamentos. **3 - Aprovação de ementas/Acórdãos:**

**Acórdão nº 161/2025:** Processo SEI nº 25.0.186271-0, em que é reclamante Rodan Comércio de Peças e Implementos de Transportes S/A, sendo relator(a) Rosilaine Bokorni. Assunto: ISS. **Acórdão nº 162/2025:** Processo SEI nº 24.0.230704-2, em que é reclamante Amilton José Alfredo de Moura, sendo relator(a) Denise da Silveira Peres de Aquino Costa. Assunto: Isenção de IPTU de 2025. **Acórdão nº 163/2025:** Processo SEI nº 22.0.091026-0, em que é reclamante Duglaciél de Jesus Becker, sendo relator(a) Rosilaine Bokorni. Assunto: Revisão de IPTU de 2022. **Acórdão nº 164/2025:** Processo SEI nº 25.0.121790-4, em que é reclamante Walmor Biff, sendo relator(a) Jéssica Eiselt. Assunto: Revisão de IPTU/2025. Nada mais havendo a tratar eu, Cláudia Miranda Daufenbach lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada por mim, pelo Presidente das Câmaras, Sr. Maico Bettoni, e demais presentes.

Joinville, 07 de outubro de 2025.

  
Maico Bettoni  
Presidente das Câmaras de Julgamento  
(em exercício)

  
Cláudia Miranda Daufenbach  
Secretária

Cristiane Stolle \_\_\_\_\_

Denise da Silveira Peres de Aquino Costa \_\_\_\_\_

Francieli Cristini Schulz \_\_\_\_\_

Jéssica Eiselt \_\_\_\_\_

Rosilaine Bokorni \_\_\_\_\_